

Documentação Museográfica, Documentação Museológica e Documentação em Museus: uma reflexão para discutirmos o uso de termos a partir de conceitos

Documentação Museográfica, Documentação Museológica and Documentação em Museus: a reflection to discuss the use of these terms based on concepts

Ana Karina Calmon de Oliveira Rocha¹
DOI 10.26512/museologia.v11iEspecial.43324

201

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Resumo

É importante para a área da Museologia firmar seu campo nocional visto que, dessa forma é possível fortalecer seu estatuto terminológico e científico. Considerando que conceitos são instrumentos estruturantes de uma teoria, este artigo objetiva investigar o uso dos termos documentação museológica, documentação museográfica e documentação em museus na linguagem de especialidade museológica para compreender o uso deles nas disciplinas de Documentação presentes nos cursos de Museologia do Brasil. Através de um recorte epistemológico mais abrangente e inclusivo amplio o debate acerca dos conceitos introduzindo autoras latinas em contraponto ao que historicamente foi mais efetivamente ofertado como referência bibliográfica no Brasil: o pensamento estruturado pelo ICOM. Investigar sistematicamente a ausência da coesão dos conceitos nas disciplinas dos cursos auxiliará o processo de consolidação do campo.

Palavras-chave

Documentação museológica; documentação museográfica; documentação em museus.

Abstract

It is important for the field of Museology to establish its conceptual foundations since, in this way, it is possible to strengthen its terminological and scientific frameworks. Considering that concepts are instrumental in structuring theories, this article aims to investigate the use of the terms documentação museológica, documentação museográfica and documentação em museus in museological literature, to understand their use in disciplines concerning documentation within Museology courses in Brazil. Through a broader and more inclusive epistemological approach, I broaden the debate about the concepts by introducing Latin authors as a counterpoint to what has historically been offered as a bibliographic reference in Brazil: a construct reinforced by ICOM. Systematically investigating the lack of cohesion of these concepts within auxiliary courses will help the process of consolidation for the field.

Keywords

Documentação museológica; documentação museográfica; documentação em museus.

No Brasil, a investigação acerca do uso dos termos da área da Museologia está presente nas pesquisas da professora Suely Cerávolo (2004a; 2004b; 2004c) que, objetivando compreender a linguagem de especialidade do campo destacou, para nós, profissionais do patrimônio, que palavra e termo não são equivalentes. Através do uso da metodologia da investigação terminológica, a referida autora explorou a ausência de coesão nos conceitos que empregamos na área, objetivando fortalecer o estatuto terminológico do campo. Assim, considerando que os conceitos, segundo Cerávolo (2004) são instrumentos estruturantes da teoria, ressalto a importância destas pesquisas, visto que, ao investigar nossa linguagem de comunicação para “descrever a Museologia no plano epistemológico” (CERÁVOLO, 2004: 5), a autora contribui com os debates que auxiliam na consolidação do campo.

¹ Professora do Curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe, Mestre em Ciência da Informação pela ECA/USP (2009) e Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona (2020).

As fragilidades epistemológicas da área, no que tange aos conceitos, são identificadas no uso de palavras, plásticas por natureza, que se amoldam em frases sugerindo tratar-se de conceito, logo, termo. O termo é, portanto, uma palavra com conceito específico e os conceitos usados numa área de especialidade são instrumentos importantes para a construção de uma teoria e devem ser observados com critério. Por exemplo, as palavras coleção e acervo são utilizadas frequentemente e displicentemente como sinônimas. Vejamos: a coleção de bonecas de papel do Museu X faz parte do acervo do referido museu, indicando, dessa forma, que há outras coleções que compõem o acervo daquela instituição e que o acervo é, então, composto por coleções. Entretanto, também é possível encontrar essa apresentação de outra forma: a coleção do Museu X é formada por um acervo composto, em sua maioria, de bonecas de papel, pipas e carrinhos de rolimã. E assim, conforme demonstrado, as palavras acervo e coleção passaram a ter supostos conceitos ora distintos ora sinônimos, conforme o uso na frase. Entretanto, tanto acervo como coleção possuem, respectivamente, conceitos próprios.

O termo coleção² aparece com seu respectivo conceito na publicação *Conceitos-chave de Museologia* (2013) do Conselho Internacional de Museus (Icom), mas a palavra acervo não está presente na lista dos termos investigados nessa obra. Coleção, nesta publicação, possui três acepções diferentes e os autores não se furtaram em esclarecer que “em razão da banalização do uso do termo ‘coleção’, tentativas frequentes vêm sendo feitas para diferenciar uma coleção de museu de outros tipos de coleção” (DESVALÉES; MAIRESSE, 2013: 33). Tal argumento corrobora com a reflexão aqui proposta acerca do uso de palavra, indicando, possivelmente, um termo. Com a palavra documentação acontece algo semelhante ao adjetivá-la como museológica, museográfica ou de museu.

Do mesmo modo, outras palavras, plásticas em sua essência, pois amoldam-se e acomodam-se no contexto em que aparecem, também são indiscriminadamente utilizadas pelos profissionais da área, tais como: Curso de Museu e Curso de Museologia; Museologia e Museografia; Museológico e Museográfico; Museu e Museal³, além da introdução de neologismos como expologia associada a área técnica da expografia, são outros exemplos possíveis de serem apontados para reflexão.

Portanto, ainda que a ausência de coesão sobre os conceitos que empregamos não seja uma novidade na área⁴, “importa identificá-los para sintonizar a comunicação, os intercâmbios, a competência linguística para descrever Museologia no plano epistemológico” (CERÁVOLO, 2004: 5) e, assim, contribuir na consolidação teórica da área.

A busca pela construção de um vocabulário aceito internacionalmente e que possibilite a comunicação efetiva entre os membros da área foi feita pelo

2 Neste trabalho entende-se coleção como “um conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou permanentemente fora dos circuitos econômicos, com proteção especial, fechada em lugares adaptados especificamente para este propósito e dispostos em exibição” (Pomian, 1990: 9. Tradução da autora) [un conjunto de objetos naturales ou artificiales, mantenidos temporal o permanentemente fuera de los circuitos económicos, con especial protección encerrados en lugares adaptados especificamente para este propósito y dispuestos en exposición”]

3 Uma investigação recente acerca das palavras aqui listadas está disponível na tese “Construção e disputas do campo Museologia no Brasil: os Fóruns Nordestinos (1988 a 1996)” da autora deste texto.

4 A tese de Peter Van Mensch, defendida em 1992, tinha como objetivo principal demonstrar que a Museologia era uma jovem ciência que já se apresentava com objeto de estudo definido.

lcom em 1986, através da publicação *Dictionarium Museologicum*, mas outras ações de controle terminológico também podem ser identificadas em países como a Espanha, que discutirei na sequência, para percorrer outros caminhos epistemológicos, além dos ditados pelo lcom. Esses trabalhos, que objetivam chegar a um maior consenso terminológico, demandaram “um esforço cooperativo, o consenso e, principalmente, o aval da comunidade que emprega a linguagem da área (a linguagem de especialidade)” (CERÁVOLO, 2004a: 7). Dessa forma, não foi/é/será tarefa fácil.

Se a palavra Museologia demandou, e ainda demanda, em sua redução a termo um olhar aguçado sobre o saber produzido pela área⁵, a palavra documentação exigirá um pouco mais de nós, profissionais que atuam diretamente com o trabalho técnico de documentar os artefatos de museu, visto que, nem mesmo na publicação mais recente do lcom acerca das palavras-chave da área, ela aparece.

Amplamente utilizada como documentação museológica, outras poucas como documentação em museus e nenhuma identificada como documentação museográfica, a disciplina documentação se faz presente nos Programas de Curso das 13 graduações em Museologia em universidades federais brasileiras. Assim, faz-se necessário assinalar pequenos apontamentos que nos levem a refletir o uso da palavra documentação, e seus respectivos adjetivos, no Brasil e a partir de suas heranças coloniais.

O trabalho de documentação nos Museus

Segundo Francisca Hernández Hernández (2006) os profissionais de museus basearam suas iniciativas, durante muito tempo, pautados nas diferentes ações práticas que puderam experimentar nos museus que atuaram. Dessa forma, despreocuparam-se com os critérios teóricos próprios do método científico de investigação, ocasionando maior desenvolvimento da prática do que da teoria. Essa realidade, segundo a autora, só foi alterada a partir dos séculos XIX e XX quando profissionais e técnicos de museus, juntamente com os teóricos das universidades, concluem conjuntamente que era preciso acertar posicionamentos.

Assim, Hernández Hernández (2006) desenvolve seu argumento apresentando o aprimoramento do museu e da museologia em fases assim identificadas: a época dos museus através da formação, por meio de saques, dos tesouros antigos em toda a Antiguidade; a etapa pré-científica, entre os séculos XVI e XVII, onde a tradição enciclopedista de conhecimento atinge igualmente arquivos, bibliotecas e museus; a etapa museográfica, datada do século XIX, em que “terá lugar a origem e o desenvolvimento inicial da museologia e das técnicas museográficas aplicadas aos museus, com propósito de organizar, expor e interpretar os objetos que são guardados neles” (Hernández Hernández, 2006: 35. Tradução da autora)⁶; e, por fim, no começo do século XX a etapa das investigações sobre a museologia e a museografia.

5 Desvallés e Mairesse sistematizam que há cinco acepções acerca da palavra Museologia e, como historicamente ela esteve também atrelada e em concorrência com a palavra museografia, é bom refletirmos os limites de uma e outra. “Etimologicamente, a museologia é ‘o estudo do museu’ e não a sua prática – que remete à ‘museografia’ —, mas tanto o termo, confirmado nesse sentido amplo ao longo dos anos 1950, como seu derivado ‘museológico’ — sobretudo em sua tradução literal em inglês (*museology* e seu derivado *museological*) — apresentam cinco acepções bem distintas” (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013: 61, grifo nosso).

6 “tendrá lugar el desarrollo del origen de la museologia e de las técnicas museográficas aplicadas a los museos com el propósito de ordenar, exponer e interpretar los objetos que en ellos se guardan”. (Hernández Hernández, 2006: 35);

Essa etapa museográfica, definida por Peter Van Mensch (1992) como primeira revolução do museu, abarcará as tentativas de sistematização da Museologia. Entretanto, como é caracterizada pelo trabalho descritivo e empírico⁷ dos diferentes profissionais de museus, acredito ser mais apropriado utilizar o termo museografia do que museologia. A museografia, que envolve os trabalhos técnicos de documentação e exposição tratará de, no século XIX, resolver questões expográficas, bem como classificar e coordenar coleções. Dessa forma, o tratamento das coleções de museu propiciará investigar a evolução das práticas documentais para, epistemologicamente, refletirmos nossa atuação documental hoje.

Segundo María Teresa Marín Torres (2002), da Antiguidade até o início do século XVIII, período marcado pelos protomuseus⁸ e/ou Gabinetes de Curiosidades, a documentação museográfica é realizada através de processos documentais básicos que envolvem ações de aquisição (livro de registro e documentação de posse); tratamento de análise formal (inventário) e de conteúdo (catalogação e classificação); e de difusão informativa (exposições e publicações). Nomeados como ‘administradores’ (mais comum na Alemanha e França) ou conservadores (Espanha), a presença de pessoas que realizavam as tarefas relacionadas à documentação das coleções terá sua primeira aparição formal no século XV, sendo estes os responsáveis pela construção dos primeiros inventários.

Os motivos que levavam à problemática realização de inventários de controle das coleções eram variados. Havia a necessidade de uma manifestação explícita da ostentação das riquezas materiais e havia também a não conveniência da apresentação pública de uma peça com procedência duvidosa. Assim sendo, até a época do Renascimento os precedentes da documentação museográfica encontravam-se, principalmente, “nos arrolamentos dos tesouros dos templos da Antiguidade e do Cristianismo, nos inventários de testamentos de pessoas de classe alta, assim como nos guias populares para peregrinos” (MARÍN TORRES, 2002: 83. Tradução da autora).

Desde o século XVI, as coleções formadas tinham o objetivo de transmitir informações por meio de uma ordenação sistemática dos objetos, cuja classificação sofre influência da *História naturalis* de Plínio (I a.C). Na tentativa de “ordenar o universo da criação divina” o que se via, na prática, era a transferência dos objetos que ora podiam pertencer ao gabinete das maravilhas, ora ao gabinete de arte. Isso demonstra que não havia propósitos didáticos ou científicos e muito menos a adoção de um princípio de ordem. Os guias e os inventários eram produzidos seguindo critérios geográficos, cronológicos que variavam conforme o status social do colecionador (MARÍN TORRES, 2002).

7 María Teresa Marín Torres (2002) corrobora com esse argumento apresentando, em recortes, que as tentativas de normatização da documentação na história dos museus da Espanha também são marcadas por ações empíricas. Para exemplificar, a autora cita os trabalhos no *Museo del Prado* (MARÍN TORRES, 2002, p. 185), uma instituição de grande representatividade, bem como o *Museo Provincial de Bellas Artes de Valladolid* (TORRES, 2002, p. 205), este, de menor porte, entre outros.

8 María Teresa Marín Torres (2002) considera que, antes do século XVIII, o que havia eram protomuseus (a Casa das Musas e os Gabinetes de Curiosidades serão identificados nessa categoria) e os demais museus organizados a partir da função pedagógica serão divididos em duas grandes categorias: Museus da Razão e Museus da Culpa. Torres considera que, os museus da razão, produto do Iluminismo, são instituições formadas através da doação de coleções particulares a órgãos acadêmicos que, após serem abertas ao público converteram-se em instituições culturais, com propósitos didáticos e educativos. Os Museus da Culpa, produto das revoluções, surgiram na primeira metade do XIX, com o propósito principal de posicionar-se contra a destruição do patrimônio artístico (MARÍN TORRES, 2002: 48 – 49).

No período de transição do século XVIII para o XIX, período considerado de gestação do museu moderno e de nascimento da instituição museológica tal qual a conhecemos na atualidade, a Europa está vivendo grandes transformações que vão da Revolução Francesa à Restauração, e do Iluminismo ao Romantismo. Correspondem a essa época os primeiros estudos de métodos que farão com que, aos poucos, as relações primárias e sem normalização sofram alterações de caráter racional e científico. As coleções reais, símbolos de poder, riqueza, saber e prazer, reúnem em torno de si um número crescente de pessoas especializadas.

Associado a isso, o reconhecimento do público sobre a importância da instituição permite o avanço nas investigações histórico-artísticas. Dessa forma, as grandes coleções imperiais da Europa são reorganizadas e separadas por seções segundo áreas de especialidade. A grande ‘coleção imperial’, agrupamento que reúne todo o conjunto de bens do rei, tem os seus objetos subdivididos em três zonas de interesse: objetos de interesse histórico; objetos de interesse artístico e objetos de interesse natural. Movido ora por uma necessidade expográfica e de acessibilidade, ora por uma precisão imediata, para Torres, o eixo França-Espanha demonstrou, através de algumas situações bem específicas, a importância do controle da informação para a preservação das coleções (MARÍN TORRES, 2002).

E graças aos salões da Academia em Paris, surgirá a noção de exposições temporárias e a ideia de que a arte é acessível a todos os tipos de público. Na Espanha, a necessidade de reorganizar as coleções foi sentida após o incêndio no Alcazár de Madrid em 1734, quando parte do patrimônio pictórico foi perdido. Filipe V encomendou um inventário do que se salvou para comparar com os inventários anteriores. (MARÍN TORRES, 2002: 122-123. Tradução da autora)⁹.

Assim, tanto para a Escola Francesa de Georges Henri Rivière¹⁰ e do Icom, como para a Escola Espanhola registrada nos trabalhos da Editora Trea, a documentação de museus nasce da necessidade da preservação dos bens museais. Do mesmo modo, a vocação educativa e pública que estava se consolidando nas instituições que se formavam, obrigava os museus, em especial os de arte, a pensar no ordenamento das informações que seriam disponibilizadas aos visitantes. Segundo Marín Torres (2002), as galerias, por exemplo, apresentavam suas coleções dispondo o acervo de forma heterogênea, dividindo por escolas através do método comparativo e/ou utilizando a ordem cronológica, enquanto o Louvre utilizou apenas a classificação cronológica.

Na França do século XVIII, a divulgação das coleções era considerada um dever social ligado ao progresso das artes e às necessidades pedagógicas de comunicar, educar e informar, o que possibilitou o desenvolvimento do pensamento humano no sentido de ordenar as informações sobre os bens museológicos. Na Europa ocidental tratados museográficos são compilados em forma de livro e publicados no final do XVIII. Esses catálogos, apesar de apresentarem um maior rigor científico e documental, eram produzidos conforme os tratados

9 “Y gracias a la celebración de los salones por parte de la Academia en París, va a surgir la noción de las exposiciones temporales y la idea de que el arte es accesible para todo tipo de público. En España se sintió la necesidad de reorganización de las colecciones tras el incendio del alcazár de Madrid en 1734, cuando se perdió parte del patrimonio pictórico. Felipe V mandó inventariar lo que se salvó y hacer comparar con inventarios anteriores.” (MARÍN TORRES, 2002: 122 – 123).

10 Georges-Henri Rivière foi diretor do Conselho Internacional de Museus/Icom de 1948 a 1966.

Documentação Museográfica, Documentação Museológica e Documentação em Museus: uma reflexão para discutirmos o uso de termos a partir de conceitos

museográficos da época e dentro de uma típica concepção universalista que dividia as coleções em artificiais e naturais (MARÍN TORRES, 2002).

Johann Daniel Major (1664), médico e inspetor dos Jardins Botânicos da Universidade de Kiel da Alemanha utiliza a concepção universalista para dividir as coleções em artificiais e naturais; Michael Bernhanrd Valentini (1704-1714), médico e professor da Universidade de Gissen [Alemanha] realiza uma compilação das coleções dos museus; Caspar Friedrich Neickel, também alemão (1727), apresenta o tratado de maior difusão sofrendo grande repercussão na história da museologia com o título *Museografía u orientación para el adecuado concepto y conveniente colocación de los museos o cámaras de curiosidades* (MARÍN TORRES, 2002: 125).

Essa proposta de classificação também nos é apresentada, no Brasil, por Fernanda de Camargo-Moro (1986). A referida autora, influenciada diretamente por Yvonne Oddon, bibliotecária de formação e pelo museólogo Rivière, aos quais dedica seu livro, chama de *museália* os objetos que formam a coleção de um museu e considera que para realizar a classificação destes é preciso categorizá-los em duas grandes áreas: objetos feitos pelo homem e objetos não feitos pelo homem.

Dessa forma, tanto na França e Alemanha, como na Espanha e, posteriormente, no Brasil, comissões, decretos, comitês, normativas, entre outros instrumentos de controle, são criados com o propósito de estabelecer diretrizes para as ações internas dos museus (regimento interno, diretrizes para novas aquisições, instruções para a elaboração de inventário etc.) buscando, dessa forma, padronizações dos itens necessários na formatação dos inventários e demais documentos de controle das peças.

Nessa época, a informação sobre os objetos museais, sobretudo no século XIX, começa a ser ordenada em fichas. A necessidade de identificação dos objetos, sistematização e recuperação das informações levantadas origina os primeiros métodos de documentação manual. Assim, é possível afirmar que, segundo Marín Torres (2002) a gestação da documentação museográfica se deu durante todo um século: entre os anos que dominavam os ideais iluministas e/ou racionais do final do século XVIII, até os anos do domínio positivista no século XIX (etapa museográfica segundo Hernández Hernández (2006), atingindo sua maturidade apenas nos primórdios do século XX.

Considerando as realidades distintas na Europa e na América Latina, analisarei a organização museográfica no campo da documentação, a partir da trajetória da organização dos artefatos museológicos, cotejando, sempre que possível, os dados levantados. É preciso lembrar o que já foi dito acima: as palavras museográfica e museológica, que adjetivam a documentação realizada em museus, são utilizadas de forma diferentes e com acepções também distintas em cada país e, é importante, acredito, desenvolver essa reflexão no Brasil não apenas considerando as contribuições dos trabalhos realizados e divulgados pelo Icom e pelo Cidoc, mas também, por hora, através do processamento feito pelo *Reglamento de Museos de Titularidad Estatal* de 1987, que orientou os trabalhos na Espanha.

2. Documentação museográfica e a documentação museológica

No século XIX, o museu se consolida como instituição oficial de interesse público e a documentação museográfica se desenvolve até se tornar uma função imprescindível para a gestão. Assim, em face da melhora do funcionamento da instituição museu, um grande número de publicações sistemáticas como catálogos, inventários e revistas especializadas são produzidos e destinados a ilustrar e divulgar as coleções dos museus (MARÍN TORRES, 2002).

A documentação em museus se tornará uma função tão importante e praticamente consolidada no final do século [XX] que inclusive se chegou a pensar sua normatização tanto estatal para os museus europeus, quanto com estudos e regulamentos por parte de associações de museus ou associações profissionais no mundo anglo-saxão. Mas principalmente se fala de normatização a partir da segunda metade do século, sendo a primeira metade uma etapa ainda de formação e consolidação. (MARÍN TORRES, 2002: 175. Tradução da autora)¹¹.

Dessa forma, efetiva-se a função de inventariar as obras, cuja primeira experiência, segundo Marín Torres, ocorreu no Louvre. Seguindo essa tendência, essa estrutura administrativa influenciou a Espanha através da lei de 1830, “*conocida como la Ley Guizot, bastante centralizadora*” que direcionava as ações dos técnicos, intitulados ‘conservadores’ inclusive no que diz respeito ao estabelecimento do regulamento interno do museu (MARÍN TORRES, 2002:177)¹².

Na Espanha, o *Reglamento de Museos de Titularidad Estatal* de 1987, (capítulos IV e V), distingue o tratamento administrativo dos objetos (livros de registro) do tratamento técnico-científico (inventário e catálogo), a partir das duas fontes de informação do museu: os objetos (cultura material) e os documentos escritos (cartas, ofícios, informes, diários, dibujos etc.). Buscando explicitar a questão, Marín Torres (2002: 51-52) cita o artigo *La documentación museológica*, de 1988, de autoria de Luís Caballero Zoreda¹³, que nos apresenta o conceito de documentação museológica. Segundo Zoreda, a documentação museológica é o tratamento dos dados existentes em museus e estes, estão divididos em fundos (objetos) e documentos (a documentação escrita).

11 “La documentación en los museos llegará a ser una función tan importante y prácticamente consolidada a finales del siglo, que incluso se llegó a pensar en su normalización tanto estatal para los museos de la órbita europea, como con estudios y reglamentaciones por parte de asociaciones de museos o asociaciones profesionales en el mundo anglosajón. Pero todo se habla de normalización a partir de la segunda mitad de siglo, siendo la primera mitad una etapa todavía de formación y consolidación.” (MARÍN TORRES, 2002: 175).

12 É também no século XIX que presenciamos o surgimento das *asociaciones nacionales de museos*, de caráter profissional, cuja preocupação principal envolvia as questões de normalização e uniformidade de critérios para a elaboração de inventários, catálogos e guias como, por exemplo, a Associação de Museus britânicos de 1889. O trabalho de gestão, dessa forma, está diretamente relacionado à administração da coleção, ou seja, à documentação. E o aperfeiçoamento das tarefas de direção é acompanhado pelo aprimoramento do corpo técnico de museus (TORRES, 2002). Torres ainda aponta a existência de outras associações nacionais em outros países, como a “*Asociación Americana de Museos (AAM) y la alemana (Deutsches Museum Bunde), fundada en 1917*” e, no âmbito internacional, após a Primeira Guerra Mundial “*a creación de la Oficina Internacional de Museos (OIM), organismo que también se preocupó por mejorar las técnicas de documentación*” (TORRES, 2002, p. 181). Por fim, a autora destaca que a Espanha foi pioneira na criação de leis voltadas para gestão de museus, bem como na criação de corpos técnicos especializados e até uma escola de formação para a área (MARÍN TORRES, 2002, p. 182).

13 Professor Doutor Luís Caballero Zoreda é arqueólogo e ocupa o cargo de investigador do Centro de Estudos Históricos. Projetos de Arqueologia (CSIC) – Madrid/Espanha.

Em seguida, Torres (2002) relata o entendimento de Andrés Carretero Pérez¹⁴ que, compartilhando parcialmente da visão de Zoreda, divide os fundos em museográficos (coleções, bens que o museu conserva) e museológicos (informação e documentação produzida e gerida pelo sistema museu). Esses dados são encontrados nos inventários e nos catálogos que, por sua vez, cobrem parcialmente o que, segundo Rivière (1993) são os documentos museais secundários (RIVIÈRE, 1993).

Dessa forma, Carretero Pérez, distingue os objetos museográficos dos objetos museológicos. Para esse autor, os objetos museográficos seriam as coleções, os bens conservados pelos museus “*aquellos objetos con los que hacemos museografía*” ao contrário de Rivière, que os denomina de “documentos museais primários”; e os objetos museológicos seriam constituídos pela informação e documentação de tipos diversos que, reunidas, geriam o sistema estruturado do museu, já Rivière refere que estes seriam documentos secundários junto às cópias e reproduções (MARÍN TORRES, 2002: 52).

O fato é que, na Espanha, desde a implantação das leis de meados do século XIX, as iniciativas de tentativa de padronização estavam voltadas para a construção dos instrumentos de controle e proteção do patrimônio — inventário e catálogo — que são, para esse país, os instrumentos básicos de documentação. Tratava-se, portanto, de uma decisão significativa de regulamentação dos bens móveis que estavam sob a tutela do Estado. Se por um lado foi possível constatar que há uma preocupação com o estabelecimento de normas, por outro, ficou a comprovação da carência do estabelecimento de procedimentos padronizados, ou seja, de um método.

Concordando com o pensamento de Marín Torres (2002), Francisca Hernández Hernández (2006) aponta que até o início do século XX os museus espanhóis contavam com apenas um instrumento de documentação: uma listagem, mais ou menos exaustiva dos bens culturais que possuíam. A partir desse momento, segundo a autora, o interesse por classificar e estudar as coleções dos museus aumenta e percebe-se a necessidade de criar repertórios que facilitem a organização técnica deles, apoiando diversos projetos de documentação.

Percebe-se, portanto, que na Espanha a diferenciação entre documentação museográfica e documentação museológica ocorreu em função da distribuição técnica-administrativa, o que não invalida a percepção dos demais países, mas define o que cada uma é para os profissionais que lá atuam. É importante destacar que esse período de divergências entre os usos da palavra museológica ou museográfica para indicar o trabalho de documentação realizado em coleções é o mesmo, onde outras batalhas estão sendo travadas para definir a Museologia como uma ciência. É certo que o uso do sufixo *logos* surtiria um melhor efeito no campo que estava em construção, fortalecendo, dessa forma, a “nova ciência”.

As diferenças de terminologia entre autores franceses e espanhóis, como o que Rivière chama de museologia ser chamado de museografia por Zoreda, em parte também parece seguir o fato de as tradições científicas nacionais terem-se desenvolvido em paralelo e com razoável independência frente a outros países, mas dependentes de outros aspectos da própria construção da Nação.

Embora o termo museografia tenha sido encontrado registrado no século XVIII na publicação de Caspar Friedrich Neickel (1727) e, assim, tenha nascido antes do termo museologia, ele também possui hoje três acepções:

14 Andrés Carretero Pérez é diretor do Museu Nacional do Traje – Madrid/Espanha.

1. Atualmente, a museografia é definida como a figura prática ou aplicada da museologia, isto é, o conjunto de técnicas desenvolvidas para preencher as funções museais [...]. A palavra em si foi, por muito tempo, utilizada em concorrência com o termo “museologia”, para designar as ações, intelectuais ou práticas, da responsabilidade do museu. O termo é regularmente empregado no mundo francófono, mas raramente nos países anglo-americanos, onde a expressão *museum practice* é preferida. Muitos museólogos do Ocidente utilizaram, por sua vez, o conceito de museologia aplicada para se referir à aplicação prática dos resultados obtidos pela museologia, como ciência em formação. 2. A palavra “museografia” em português (assim como *muséographie*, no francês), tende a ser usada, com frequência, para designar a arte da exposição. [...]. 3. Antigamente, e por sua etimologia, a museografia designava o conteúdo de um museu. Do mesmo modo que a bibliografia se constitui numa das etapas fundamentais da pesquisa científica, a museografia foi concebida para facilitar a pesquisa das fontes documentais de objetos, com o fim de desenvolver o seu estudo sistemático. Essa acepção, que permaneceu ao longo de todo o século XIX, persiste ainda em algumas línguas, particularmente na russa (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013: 59 – 60).

Sendo assim, destaco a importância de observarmos os diferentes usos das palavras no país/nos países que a/as incorpora. É certo que no Brasil ela foi popularizada em acordo com os trabalhos práticos de montagem de exposição, mas não perdeu, com isso, sua condição prática e atrelada aos tratamentos de objetos de museu. Seja no seu conceito atual, como no seu conceito antigo (e ainda usado na Rússia), a museografia manteve sua condição primária prática. No Brasil, a maior referência textual que recebemos foi, como apontado acima, a da produção do museólogo Georges Henri Rivière/Icom, que influenciou, inicialmente, o pensamento da bibliotecária Yvonne Oddon e, em seguida, sua discípula, a museóloga Fernanda de Camargo-Moro.

Segundo o pensamento de Rivière (1993: 227) a documentação ocupa um lugar central na função de investigação dos museus:

O estudo das coleções supõe, paralelamente, a elaboração de instrumentos de classificação e análise, que servem tanto à organização da documentação como à implementação de uma gestão rigorosa. No entanto, a investigação museal deve, ao mesmo tempo, submeter-se às obrigações de difusão, uma vez que a instituição está igualmente a serviço dos fins educativos e culturais: assim, será necessário prever as modalidades de comunicação da informação científica. (RIVIÈRE, 1993: 227. Tradução da autora).¹⁵

O próprio Rivière (1993: 227) aponta que o termo “documentação” na Museologia é, paradoxalmente, um “termo escolhido por sua polissemia, já que compreende ao mesmo tempo a investigação ativa de informações, às vezes sua produção pelo próprio museu e, finalmente, sua comunicação”.¹⁶ Assim, a “documentação” é compreendida de forma polivalente, encaixando-se e amoldando-se segundo a necessidade de quem a usa, e não tratada como um conceito definido nessa área que ainda carece de firmar seu campo nocional.

¹⁵ “El estudio de las colecciones supone, paralelamente, la elaboración de instrumentos de clasificación y análisis, que sirven tanto a la organización de la documentación como a la puesta en práctica de una rigurosa gestión. Sin embargo, la investigación museal debe someterse al mismo tiempo a las obligaciones de la difusión, ya que la institución es igualmente al servicio de los fines educativos y culturales: así pues, habrá que prever las modalidades de comunicación de la información científica.” (RIVIÈRE, 1993: 227).

¹⁶ “término escogido por su polisemia, ya que comprende a la vez la investigación activa de informaciones, a veces su producción por el mismo museo y, por último, su comunicación.” (RIVIÈRE, 1993: 227).

Documentação Museográfica, Documentação Museológica e Documentação em Museus: uma reflexão para discutirmos o uso de termos a partir de conceitos

Rivière (1993) define a documentação museográfica a partir dos instrumentos documentais precisos e convenientemente escolhidos que servem para o estudo e a conservação dos dados reunidos pelo museu. No campo administrativo, tais operações correspondem ao registro e ao inventário e, no âmbito do tratamento científico, ao catálogo. A documentação museológica, por outro lado, remete a uma concepção muito mais ampla e se distingue pelo estudo teórico-histórico dos fenômenos museais. Dessa forma, a documentação museográfica abarcaria o estudo de orientação mais prática e estaria inclusa no escopo da documentação museológica.

No Brasil, procedimentos técnicos foram sugeridos por Camargo-Moro em seu livro *Museus — Aquisição/Documentação*. Seguindo os princípios aí definidos, a documentação em museus é entendida como um conjunto de procedimentos técnicos que visa o controle dos bens, assegurando também os direitos de posse dos artefatos para a instituição através da criação de instrumentos técnicos de valor legal. Datado de 1986, o livro ainda é uma referência para os trabalhos técnicos nas instituições que lidam com o patrimônio. A autora afirma que a documentação em museus é uma atividade relacionada às “ciências da preservação”, e assim procura firmar para a Museologia uma questão fundamental: a preservação dos bens culturais.

3.A documentação no Brasil

Fernanda Camargo-Moro desenvolve, em publicação nacional, a primeira tentativa de compilação dos procedimentos técnicos da documentação. Tais procedimentos e instrumentos são concebidos e estabelecidos como normativos, determinando um conjunto de regras que orientam os trabalhos cotidianos dos profissionais da área. Acerca da adjetivação da palavra documentação, inúmeras vezes Camargo-Moro (1986: 14) opta em utilizá-la sem adjetivo, mas destaca que sua obra irá tratar da “atividade museográfica de documentação dos bens móveis, para que ela possa ser armazenada e consultada artesanalmente ou utilizando sistemas mais complexos e sofisticados”.

Acerca da designação documentação museológica, Camargo-Moro (1986) usa, na introdução do livro, como forma de marcar que se referia à documentação realizada no museu, mas destaca que a autora fez, muitas vezes, o uso da palavra documentação sem adjetivação.

Já na parte de **documentação**, nos ativemos bastante ao detalhe. Grande parte dos sistemas utilizados para a **documentação** é insuficiente e afirmamos que esta insuficiência torna-se ainda maior nos sistemas que utilizam a informática, sem o devido preparo prévio dos dossiês dentro das normas necessárias de **documentação museológica**. Neles a falta de informações detalhadas em relação à interpretação **museográfica** é geralmente falha, a proposta encaminhada aos técnicos de informática é estreita, o vocabulário **museológico** é pobre, e tenta incorporar-se a padres de informática já estabelecidos para outras fontes documentais que possuem dimensões diversas das dos acervos **museológicos**. (CAMARGO-MORO, 1986: 13 – 14, grifo nosso).

Organizado em capítulos, o livro *Museus — aquisição/documentação* (CAMARGO-MORO, 1986) pretende, portanto, compreender o conjunto dos procedimentos práticos de documentação museográfica de bens móveis. Com o objetivo de organizar os procedimentos sugeridos pela autora, apresentarei

dois quadros referentes ao livro acreditando que a visualização gráfica beneficia o melhor entendimento do conjunto de ações práticas realizadas na documentação de artefatos de museus ou, como a própria autora nomeia, *museália*.

Quadro I - Documentação de bens móveis

DOCUMENTAÇÃO DE BENS MÓVEIS					
		Elementos de decodificação básica	Elementos de decodificação de profundidade	Elementos auxiliares para decodificação	Documentação de Expansão
Política de Aquisição	Instrumentos	Dossiê de estudo Livro diário Inventário Contratos Recibo Documentação de Campo	Ficha de catálogo Catálogo Ficha classificatória Glossário de preenchimento Nomenclator	Ficha iconográfica Dossiê de empréstimo Relatórios	Publicações: catálogos, revistas, periódicos, mapas, folhetos
	Procedimentos	Classificação Genérica Numeração Marcação Medição Registro Baixa	Catologação Classificação Elaboração de convenções Estudo/Pesquisa	Fotografia	Pesquisa

Fonte: Elaborado por Ana Karina Rocha de Oliveira¹⁷ (CAMARGO-MORO, 1986).

É importante assinalar que as ações documentais, segundo Camargo-Moro, são organizadas a partir da Política de Aquisição em que a autora remete ao Código de Ética de Aquisições do Icom, e relaciona-a à definição de uma política interna de museu atrelado, portanto, a gestão da instituição. A aquisição é o processo de captação de artefatos e pode se dar de diferentes formas: coleta de campo, compra, legado, permuta e doação. Essas formas comuns de aquisição apresentam a característica de pertencimento dos bens, diferenciando-se da aquisição por depósito e empréstimo que se caracterizam pela posse temporária.

A política de aquisição deve considerar “o espaço físico do museu; o bom acondicionamento da peça e seu estado de conservação; a adequação do objeto às finalidades do museu; seu potencial de estudo e se ele complementa lacunas no acervo” (CAMARGO-MORO, 1986: 17-20). Tal definição permite gerar uma gama de documentos comprobatórios oriundos da ação interna ligada ao controle jurídico e administrativo (recibos, contratos etc.), bem como procedimentos necessários para o controle diário da instituição e do conjunto de peças.

Apresentando os **elementos de decodificação básica**, Camargo-Moro divide essa etapa em duas partes: a formação dos primeiros dossiês (primeira etapa de identificação do objeto) e o detalhamento sobre os instrumentos essenciais de identificação (numeração, marcação e medição) (CAMARGO-MORO, 1986). Os dossiês são formados com o objetivo de reunir as

¹⁷ Na dissertação da referida autora há outros quadros em que as etapas de decodificação são mais esmiuçadas. Nesses quadros há maior sistematicidade à distribuição dos itens que compreendem as etapas e particularidades da ação de documentação sugeridas por Camargo-Moro não expostos aqui para manter o foco do debate acerca do uso das palavras (OLIVEIRA, 2009).

Documentação Museográfica, Documentação Museológica e Documentação em Museus: uma reflexão para discutirmos o uso de termos a partir de conceitos

primeiras informações das peças. Esse levantamento prévio permite à Comissão de Acervo fazer uma breve análise e o estudo do objeto para a possível entrada da peça na instituição, independentemente da forma de ingresso. Toda essa tramitação é registrada no livro diário. Os objetos ingressados por depósito e/ou empréstimo devem ter um livro diário próprio em função da sua característica particular de não pertencimento à instituição. Sendo aceito pela instituição, o objeto gerará certificados e recibos jurídicos que assegurem legalmente a transação para, em seguida, ser registrado através do procedimento de dar entrada na peça (CAMARGO-MORO, 1986).

Uma vez ingresso, o objeto museal receberá um número de registro que será, para sempre, a sua referência. A Ficha de Registro/Ficha de Identificação deve conter os atributos mínimos que o identifique com precisão: número de registro de peça; data de ingresso e/ou de aquisição definitiva; nome do objeto; descrição (sumária); classificação genérica; forma de ingresso ou de aquisição; origem; procedência; histórico do objeto e mais um item coringa: observações. Ainda acerca da decodificação básica, resta detalhar os procedimentos essenciais de identificação, ou seja, a numeração, a marcação e a medição. Para a museologia, o sistema de numeração é um procedimento que permite o controle e a segurança dos objetos na instituição museu, porque através deste é possível controlar as coleções/conjuntos de peças quantitativamente e os desdobramentos que possam existir. Corrido, Alfa numérico, Bipartido, Binário sequencial e Tripartido são os sistemas utilizados em museu e a escolha por um deles é realizada pela instituição, a partir da adequação aos bens culturais que esta possui. Portanto, é o conjunto de peças do museu que vai nos dizer qual o sistema mais apropriado para responder às necessidades da coleção e, para isso, faz-se necessário um conhecimento dos objetos e suas características (CAMARGO-MORO, 1986).

A **decodificação de profundidade**, também comumente chamada de catalogação aprofundada ou classificação, trata da feitura das fichas classificatórias que formarão o Catálogo Geral. É perceptível que a decodificação de profundidade de que Camargo-Moro fala e nomeia ora por **pesquisa**, ora por **estudo** (conforme quadro 1) sobre a coleção é, na verdade, um **levantamento preliminar**. Compreende-se por levantamento preliminar a identificação e descrição do material constitutivo do objeto museal, de suas características particulares, do ano de produção e/ou de ingresso, forma de aquisição, breve contextualização. Essas primeiras informações serão necessárias para o preenchimento das fichas classificatórias e podem, inclusive, alterá-las.

Retornando ao quadro, pode-se propor substituir os termos **estudo** e **pesquisa**, por **descrição preliminar** assegurando, dessa forma, a melhor ação do técnico. Portanto, compreende-se a descrição preliminar como um procedimento essencial para a decodificação de profundidade e que, inclusive, orienta o desenvolvimento da **pesquisa**, ação realizada na documentação de expansão e que visa a construção de instrumentos de divulgação, como os catálogos, por exemplo. As propostas de adequação dos termos podem ser melhor visualizadas, conforme destaque no quadro a seguir:

Quadro 2- Documentação de bens móveis

DOCUMENTAÇÃO DE BENS MÓVEIS					
	Elementos de decodificação básica	Elementos de decodificação de profundidade	Elementos auxiliares para decodificação	Documentação de Expansão	
Política de Aquisição	Instrumentos	Dossiê de estudo Livro diário Inventário Contratos Recibo Documentação de Campo	Ficha de catálogo Catálogo Ficha classificatória Glossário de preenchimento Nomenclator	Ficha iconográfica Dossiê de empréstimo Relatórios	Publicações: catálogos, revistas, periódicos, mapas, folhetos
	Procedimentos	Classificação Genérica Numeração Marcação Medição Registro Baixa	Catologação Classificação Elaboração de convenções Descrição Preliminar	Fotografia	Pesquisa

Fonte: Elaborado por Ana Karina Rocha de Oliveira (CAMARGO-MORO, 1986).

A autora ainda ressalta que o trabalho deve ser feito com a presença da peça que, assim, propicia a leitura estética e as diversas etapas de “percepção, análise e dedução, que envolvem a classificação”. Dessa forma, a ficha tem obrigatoriamente um glossário para denominações (nomenclaturas) e um para o seu próprio preenchimento e, por fim, as convenções estabelecidas devem ser sempre observadas (CAMARGO-MORO, 1986: 80).

Partindo para a apresentação dos **elementos auxiliares para a decodificação**, a autora aponta a importância da fotografia para melhor identificação das peças. Certamente, o custo da realização de registros fotográficos na década de 1980 era muito maior que atualmente, e por esse motivo o uso da imagem aparece como um recurso extra, mas a realidade hoje é outra e é possível a ação de tirar fotos dos artefatos em quase todos os museus. Por fim, na **documentação de expansão**, está a comunicação direta do museu com seu visitante, além da exposição.

Através dela, o museu se estende para além do seu espaço formal, difundindo mensagens, conceitos e conhecimentos provenientes de sua atividade de pesquisa. Podemos dividi-la em dois setores: – Documentação elucidativa e de apoio e complementação da peça, ou conjunto de peças. – Documentação de difusão e ampliação externa do acervo, e de conceitos expressos através de exposições, ou outras formas de comunicação. No primeiro caso, citamos as etiquetas e textos complementares, e no segundo, as publicações e demais produtos do museu. (CAMARGO-MORO, 1986: 220).

A autora ressalta, ainda, como documentação complementar, as publicações (guias, catálogos etc.) que agem como difusoras de informações sobre a coleção devendo sempre atender aos especialistas e o público em geral (*ibidem*: 224). Embora Camargo-Moro esteja diretamente ligada às produções do Icom, bem como ao trabalho realizado na instituição, a palavra documentação aparece no título da sua obra sem adjetivo e, ao longo do texto, a autora tem o cuidado

Documentação Museográfica, Documentação Museológica e Documentação em Museus: uma reflexão para discutirmos o uso de termos a partir de conceitos

de definir que explicitará as práticas normativas necessárias para realização da documentação em artefatos de museu. Marín Torres (2002), por outro lado, embora marque a diferença conceitual na Espanha, parece que se rende às diretrizes do Icom ou, opta por também tentar fortalecer o discurso de cientificidade da área com o uso da palavra museológica para a documentação, inclusive no título da sua obra.

No Brasil, sem ignorar a contribuição de Camargo-Moro (1986), Suely Cerávolo e Maria de Fátima Tálamo (2000) numa discussão mais recente distinguem a articulação da documentação em museus ao redor de três eixos: “o administrativo (para gerenciamento das coleções), o curatorial (da pesquisa) e o documental (identificativo dos objetos/coleções), sendo que cada um deles responde às necessidades informativas diferenciadas” (CERAVOLO & TÁLAMO, 2000: 245). Essa estrutura organizacional orienta as atividades práticas, logo museográficas, visto que estabelece zonas e critérios de interesse em função da necessidade institucional. Sendo assim, a critério de esclarecimento e buscando anexar a cada *instância documental* sugerida pelas autoras, segue abaixo um quadro apontando os instrumentos técnicos de Camargo-Moro na estrutura organizacional de Ceravolo e Tálamo:

Quadro 3 – Instrumentos técnicos documentais

Documentação em Museus		
Eixo Administrativo	Eixo Documental	Eixo Curatorial
Envolve as ações de gerenciamento das coleções.	Orienta o levantamento das primeiras informações de objetos e coleções.	Desenvolvimento da pesquisa
Estabelecimento da Política de Aquisição. Criação do Estatuto e Regimento Interno do Museu. Inventário.	Esse Eixo envolve diferentes instrumentos técnicos, sendo os principais o Livro Diário e as Fichas de Identificação	Alimentação do Banco de Dados. Produção de catálogos e/ou diferentes publicações.

Fonte: Elaboração da autora com base em Camargo-Moro (1986); e Cerávolo e Tálamo (2000).

Embora o tema principal desse artigo das autoras seja o sistema de documentação e o acompanhamento da circulação do objeto dentro das instituições, ao refletir acerca da produção, recuperação e difusão de informações documentárias, as autoras apresentam duas tendências de tratamento documental.

A tendência reflexiva, amplamente disseminada por Rivière/Icom que “debruça-se sobre a importância do objeto como documento e suporte de informações significativas para as pesquisas científicas” (CERAVOLO; TÁLAMO, 2000: 242); e a tecnicista, norte-americana, que objetiva dar “acesso rápido aos objetos e seus respectivos registros. Aqui busca-se preferencialmente o controle das coleções por meio da conexão entre registros, fichas e fichários, com referências cruzadas para que possam ser recuperadas” (CERAVOLO; TÁLAMO, 2000: 243).

Seja preocupado com o objeto e todos os dados que podem ser retirados dele (tendência reflexiva), seja com foco na eficiência no gerenciamento das informações (tendência tecnicista), as duas tendências, nos museus, experimentaram, na década de 1960, a informatização e a partir do final da década de 1980 e por toda a década de 1990, o controle de vocabulário e de terminologias descritivas. Como consequência, nos anos seguintes a documentação em museus, objetivando realizar o ciclo documentário, se aproxima do uso de metodologias para tratamento da informação através da Análise Documentária/Ciência da Informação (CERAVOLO; TÁLAMO, 2000).

Essa aproximação, ainda que com refluxos, está refletida no Brasil tanto nos nomes das disciplinas do bloco técnico da documentação de coleção/gestão de museus, ou, como sugere Ceravolo e Tálamo (2000), documentação em museus.

É consenso entre as autoras aqui referenciadas que a documentação, seja museográfica, seja museológica ou em museus, se desenvolverá no século XIX até se tornar uma função imprescindível para a gestão administrativa do museu, bem como a gestão da coleção em si. Dessa forma, no século XIX a documentação em museus fará, lentamente, sua aproximação com as áreas afins – Arquivologia e Biblioteconomia – e, no século XX, mais fortemente com a Ciência da Informação.¹⁸

A disputa pelo uso do nome adjetivado aparece refletida nos Projetos Pedagógicos Curriculares/PPCs dos treze cursos de Graduação em Museologia das Universidade Federais do Brasil.¹⁹ A escolha pelo recorte em universidades federais é motivada, exclusivamente, por apresentar um escopo maior de avaliação dos cursos, bem como a maior segurança na manutenção deles. Assim, o quadro abaixo apresenta as unidades institucionais que abrigam os cursos de graduação e as disciplinas obrigatórias que fazem referência direta ao trabalho de gestão/administração da instituição e da coleção, à prática museográfica de documentação e, por fim, sua aproximação com a Ciência da Informação.

Quadro 4 – IFES/ Disciplinas Obrigatórias

Universidades Federais	Disciplinas
Universidade Federal de Pernambuco/UFPE	Documentação Museológica I Documentação Museológica II Gestão e Planejamento em Museus
Universidade Federal da Bahia/UFBA	Gestão Museológica Pesquisa Museológica I Pesquisa Museológica II Documentação Museológica Laboratório de Documentação
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB	Informação e Documentação Museológica Gestão Museológica
Universidade Federal de Goiás/UFG	Gestão e Avaliação de Museus Salvaguarda Patrimonial I - Documentação museológica Salvaguarda Patrimonial III - Registro e sistemas de gerenciamento da informação aplicados a museus e patrimônio
Universidade Federal de Sergipe/UFS	Análise da Informação Documentação em Museus I Documentação em Museus II Administração de Museus e Gestão de coleções

¹⁸ A título de exemplificação, Marín Torres (2000) cita que foi Elijah Howarth, do museu de Sheffield, que desde 1877 apontava a necessidade da formação de um corpo técnico de museu que contasse com a presença de profissionais de áreas afins. Assim, Howarth “se dirigió en 1884 a la Asociación de Bibliotecas para ver se apoyaban su idea e incluían a los museos en su organización profesional” (MARÍN TORRES, 2002, p. 179). Infelizmente, a iniciativa de Howarth foi freada pela Associação de Museus britânicos com a justificativa de que os ofícios de bibliotecários e de conservadores se combinam com frequência, porém não eram satisfatórios para o museu. Destarte, especialmente pela falta de cooperação entre profissionais, a associação é fechada. Percebe-se, assim, que a Europa registra no seu histórico de museus, desde 1877, a intenção de reunir profissionais de áreas afins para compor o quadro de profissionais das associações de museus. E, se por um lado a experiência da Inglaterra não se mostrou próspera, a Espanha, segundo Torres, registrou desde meados do século XIX, ações de cooperação entre “archiveros, bibliotecários y anticuarios” que resultaram na formação da Associação Nacional de Arquivistas, Bibliotecários, Documentalistas e Museólogos (ANABAD) que, até hoje, permanecem juntos (MARÍN TORRES, 2002, p. 180).

¹⁹ Os PPCs consultados estão disponíveis nos sites institucionais das referidas Universidades.

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO	Introdução à Ciência da Informação Análise da Informação Informação e Documentação Museológica I Informação e Documentação Museológica II
Universidade Federal de Pelotas/UFPEl	Documentação Museológica I Documentação Museológica II Gestão de Museus
Universidade de Brasília/UnB	Introdução à Biblioteconomia e Ciência da Informação Análise da Informação Informação e Documentação Museológica Gestão de Museus e Políticas de Acervos Museológicos
Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG	Introdução à Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia Fundamentos da Organização da Informação Cultura e Informação Informática Aplicada à Ciência da Informação Fundamentos da Ciência da Informação Documentação Museológica Usuários da Informação Gestão de Unidades da Informação
Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP	Organização de Museus Museologia e Documentação Documentação Fotográfica e Preservação Digital Documentação e Informação em Museus Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural Tecnologias da Informação em Museus Organização e Administração Gestão e Administração em Museus
Universidade Federal do Pará/UFPA	Museu, Informação e Documentação Laboratório de Prática Documental para Museus
Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC	Introdução à Ciência da Informação Documentação Museológica Gestão de Museus
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS	Administração aplicada à Ciência da Informação Introdução aos Estudos Históricos aplicados à Ciência da Informação Metodologia da Pesquisa aplicada à Ciência da Informação Informação e Memória Social Sistemas de Informação e Documentação em Museus Gestão em Museus História do Rio Grande do Sul aplicada à Ciência da Informação Fundamentos da Ciência da Informação

Fonte: Elaboração da autora.

Embora Fernanda Camargo-Moro (1986) ainda permaneça como uma das autoras brasileiras de referência e ela mesma opte por descrever os instrumentos e procedimentos da documentação de bens móveis adjetivando-os como documentação museográfica, nove, dos treze cursos de graduação em museologia optaram por nomear as disciplinas como documentação museológica (UFPE, UFBA, UFRB, UFG, UNIRIO, UFPel, UnB, UFMG e UFSC); duas não adjetivaram mantendo apenas documentação (UFOP e UFPA); e duas nomearam, conforme Cerávolo e Tálamo (2000), documentação em museus (UFS e UFRGS). Compreendo que a motivação pela utilização do adjetivo museológica, na maioria dos cursos, seja com o propósito de fortalecer, como aposta em um devir, embora ainda sem grande profundidade e sem pesquisa terminológica que consolide o conceito e, assim, contribuir com o debate acerca da cientificidade da área.

Entretanto, foi curioso notar que as disciplinas de gestão de acervo e ou gestão da instituição museal aparecem, na sua grande maioria como gestão de museu (UFPE, UFG, UFS, UFPel, UnB, UFOP e UFSC) totalizando oito universi-

dades; duas nomearam a disciplina como gestão museológica (UFBA e UFRB); a UFMG identificou-a como “Gestão de Unidades da Informação” já se aproximando com os estudos da Ciência da Informação e no PPC da Universidade Federal do Pará não aparece nenhuma disciplina de gestão.

A nomenclatura museográfica, conforme apontado nos estudos de Desvallées e Mairesse (2013) aparece nos PPCs dos cursos sempre atrelada a montagem de exposição. Por fim, aproximando-se do debate atual acerca das contribuições da Ciência da Informação no processo de organização das informações de coleções, as disciplinas sugerem uma aproximação entre as áreas. Assim, dez cursos (UFRB, UNIRIO, UFOP, UFPA, UFSC, UFRGS, UFG, UFS, UnB e UFMG) apresentaram disciplinas, onde a palavra informação aparece identificada diretamente tendo, em alguns dos cursos, uma ligação direta com a biblioteconomia, arquivologia e a Ciência da Informação e apenas três (UFBA, UFPE e UFPel) não nomearam suas disciplinas com a palavra informação.

Cabe destacar que esse foi um artigo exploratório que convida a um debate. Assim, entendo que para uma história do termo documentação é necessário investigar os PPCs anteriores e atuais de cada curso e as ementas das disciplinas de documentação que certamente apresentarão novas nuances.

Percebe-se finalmente que a aproximação entre as áreas possibilitará trocas de experiências, bem como compartilhamento de metodologias e isso promoverá um rico questionamento acerca dos problemas internos e específicos de cada área ao trazer novas possibilidades de solução para antigos problemas ou, ao menos, debates mais profícuos.

Referências

CAMARGO-MORO, Fernanda de. *Museus: Aquisição/Documentação*. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

CERÁVOLO, Suely Moraes. *Da palavra ao termo um caminho para compreender museologia*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004a.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da Museologia. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 12, n. 1, p. 237-268, 2004b.

CERÁVOLO, Suely Moraes. “Em nome do céu, o que é museologia”? perspectivas de museologia através de publicações. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 14, p. 311-343, 2004c.

CERÁVOLO, Suely; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 10, p. 241-253, 2000.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Org.). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. *Planteamientos teóricos de la museología*. Espanha: Ediciones Trea, 2006.

Documentação Museográfica, Documentação Museológica e Documentação em Museus: uma reflexão para discutirmos o uso de termos a partir de conceitos

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. *Planteamientos teóricos de la museología*. Espanha: Ediciones Trea, 2006.

LÓPEZYEPES, José.; ROS GARCÍA, Juan. *Qué es Documentación? Teoría e historia del concepto en España*. Madri: Sínteses, 1993.

MARÍN TORRES, Maria Teresa. *Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística*. Espanha: Somonte. Ediciones Trea, 2002.

MENSCH, Peter Van. *Towards a methodology of museology*. Zagred, Universidade de Zagred.

NEICKEL, Caspar Friedrich. *Museographia. Oder Anleitung zum rechten Begriff und nützlicher Anlegung der Museorum, oder Raritäten-Kammern*, Leipzig/Breslau: Hubert, 1727.

OLIVEIRA, Ana Karina Rocha de. *Museologia e ciência da informação: distinções e encontros entre áreas a partir da documentação de um conjunto de peças de 'roupas brancas'*. 2009. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.27.2009.tde-27102009-002603. Acesso em: 20 dez. 2021.

ROCHA, Ana Karina Calmon de Oliveira. *Construção e disputas do campo Museologia no Brasil: os fóruns nordestinos 1988-1996*. Tese (Doutorado em Sociomuseologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Portugal, 2020.

POMIAN, Krzysztof. *Collectors and Curiosities. Paris and Venice: 1500-1800*, Cambridge: Polity Press, 1990.

RIVIÈRE, Georges Henri., y otros. *La Museología: Curso de Museología/Textos y testimonios*. Madri: Akal, 1993.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. <http://www.museologia.fci.unb.br/curso/curriculo/projeto-pedagogico>. Acesso em 25 dez. 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. http://www.museologia.ffch.ufba.br/sites/museologia.ffch.ufba.br/files/projeto_pedagogico_curso_de_museologia.pdf Acessado em 25/12/2021. Acesso em 25 dez. 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/106/o/Projeto%20Pedagogico%20Museologia%20UFG_ULTIMATE.pdf?1328650812. Acesso em 25 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. <https://ufmg.br/cursos/graduacao/2348/87378>. Acesso em 25 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. <https://museologia.ufop.br/ementas-e-programas>. Acesso em 25 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. <https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/cod/5400>. Acesso em 25 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. <https://www.ufpe.br/depanthropologia/estrutura-curricular#>. Acesso em: 25 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. <https://museologia.paginas.ufsc.br/files/2010/05/Projeto-Pedagógico-Museologia-2016.pdf> Acesso em 25 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiw8qTn9b73AhVUA9QKHdBmDxQQFnoECAgQAQ&url=https%3A%2F%2Fdms.ufs.br%2Fpagina%2F20586-projeto-pedagogico-do-curso-ppc-museologia-ufs&usg=AOvVaw2KHpG7hzWNj6XgoeruIL_4. Acesso em 25 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. <http://www.unirio.br/prograd/ppc-dos-cursos-de-graduacao/PROJETOMuseologia2014Cpia.pdf> Acesso em 25 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. <https://fav.ufpa.br/index.php/projeto-pedagogico-de-curso-ppc/134-pcc-museologia>. Acesso em 25 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj85-qq9L73AhU4ILkGHXTyBg0QFnoECAgQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.ufrb.edu.br%2Fmuseologia%2Fdocumentos%2Fcategory%2FI-documentos-do-curso%3Fdownload%3DI%3Aapp-final&usg=AOvVaw05Wrbpl83968qlzDp-0cUL>. Acesso em 25 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. <http://www.ufrgs.br/fabico/documentos-graduacao-e-comgrads/projeto-pedagogico-do-curso-de-museologia/view>. Acesso em 25 dez. 2021.

*Recebido em maio de 2022
Aprovado em agosto de 2022*